

PÓS 1960 E A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

Post 1960 and the complex relationship between history and
literature

Mayke Rogerio Ferreira Leite

Universidade Federal de Goiás - UFG

mayke_phs2011@hotmail.com

Resumo

O século XX promoveu, no campo do conhecimento histórico, profundas inquietações quanto à natureza da história. Tanto historiadores quanto teóricos da literatura, começaram a debater sobre as questões ligadas à complexa relação existente entre a história e a literatura, desencadeando assim uma vasta e rica produção historiográfica que alargou ainda mais as problematizações a respeito do historiar. Nesse contexto, o objeto de discussão nessa pesquisa é a composição da narrativa histórica, ou seja, problematizações levantadas acerca da narrativa historiadora possibilitaram a visualização de uma complexa relação a ambos os campos do saber. Nesse cenário, surgiram indagações ligadas ao ofício do historiador, tais como verdade e compreensão, ciência e ficção, objetividade e subjetividade dentre outros, configurando o “solo” das certezas, um tanto complicadas, ou seja, no século XX, sobretudo o pós 1960, autores como Paul Veyne, White e outros, incitaram abalos no estatuto “científico” da história. Assim, o estudo da narrativa histórica contribuiu para compreender as relações de fronteira entre história e literatura, levando em consideração que tanto historiadores quanto filósofos da história e teóricos da literatura apresentaram respostas convincentes acerca dessa problemática atual. Deste modo, Jörn Rüsen, Michel de Certeau, Hayden White e Ankersmit serão tomados como ícones para discorrer sobre tais reflexões que visam, ao menos parcialmente, compreender as vantagens e os “perigos” da complexa relação entre história e literatura para a composição narrativa da escrita historiadora.

Palavras-Chaves: História. Narrativa. Literatura.

Abstract

The 20th century promoted, in the historical knowledge field, deep concerns regarding the nature of the history. Both historians and literary theorists began to discuss the issues related to the complex relationship between history and literature, unleashing a vast and rich historiographical production that widened, even more, the problematization regarding historizing. In this context, the object of discussion in this research is the composition of the historical narrative, i.e., the raised issues about the historical narrative enabled visualization of a complex relationship between history and literature. In this

scenario, the historian's job-related questions, such as truth and comprehension, science and fiction, objectivity and subjectivity among others, setting up the "ground" of certainties, somewhat complicated, i.e. in the 20th century, especially after 1960, urged discussions on the status of the history. Thus, the study of historical narrative helps to understand the border relationships between history and literature, considering that both historians and philosophers of history and literary theorists have presented convincing answers about that current problems. Thus, Jörn Rüsen, Michel de Certeau, Hayden White and Ankersmit are taken as icons to expound on such reflections aimed, at least partially, to understand the advantages and the "dangers" of the complex relationship between history and literature for the narrative composition of the historian writing.

Keywords: History. Narrative. Literature.

Introdução

Os dois últimos séculos da história protagonizaram um alvoraçar do conhecimento histórico e das questões teórico-metodológicas até então firmadas. Momentos estes em que surgiram várias vertentes buscando legitimar suas propostas empíricas. As escolas históricas¹ sofreram grande influência nos caminhos tomados pela história até chegar aos dias atuais, lógico, respeitando as permanências e as transformações formuladas por especialistas antes do século XIX e no pós século XIX. A narrativa ultimamente tem se tornado alvo de grandes debates e temas de alguns congressos de pesquisas, sinalizando, desse modo, que está no rol das discussões acirradas dos pesquisadores.

No entanto, cabe pensar algumas questões acerca da narrativa. Conforme Morais (2012), as constantes reflexões acerca da ideia segundo a qual história é ciência ou ficção não é “última moda” presente nos estudos históricos. Segundo o autor, desde Heródoto e Tucídides, questões pertinentes ao estatuto epistemológico do texto histórico são amplamente difundidas. Desse modo, fica evidente que o debate acerca do estatuto epistemológico da narrativa histórica não se deu somente a partir do século XIX, mas vem ocorrendo desde a antiguidade. Porém afunila-se e ganha contornos mais quentes

¹ Dentre as escolas históricas pode-se citar: A Escola Metódica e a Escola dos Annales. Outras influências nas perspectivas teóricas e metodológicas do século XIX e XX, é a vertente historicista (Historicismo Alemão) e o Marxismo Inglês.

após os decênios de 1960 e 1970, sobretudo depois de publicações que foram recebidas como problematizações no ceio do debate sobre narrativa².

Assim, o momento atual das questões voltadas à narrativa histórica desemboca no debate em torno da história e da literatura, visando estabelecer ou não os limites da fronteira entre ambas. Para tal análise, Jörn Rüsen, Michel de Certeau, Hayden White e Ankersmit, fornecem pano de fundo para explicitar tais problemáticas acerca da relação entre história e literatura, cujo elo reinante é a constituição da narrativa histórica por parte do historiador. Havia um ambiente minimamente estável no ceio da história, que logo levou à instabilidade de determinados assuntos, assim que surgiu a necessidade de se pensar o estatuto do campo histórico, bem como da constituição da narrativa histórica. Desse modo, exigiu-se do historiador uma atenção maior a determinadas noções, tais como verdade e compreensão, ciência e ficção, objetividade e subjetividade dentre outros, configurando o “solo” das certezas, um tanto complicadas.

Para além disso, o giro linguístico na concepção de Malerba, também contribuiu para fragmentar as certezas reinantes aos historiadores. O giro linguístico “[...] foi decisivo porque em poucos anos aquela segurança de que a história existe ontologicamente e pode ser conhecida cientificamente sofreu uma série de abalos tectônicos, dos quais não mais se recuperou.” (MALERBA, 2016, p. 402). Dito isto, figura-se a hipótese de que os estudos atuais têm demonstrado que a literatura não é o “monstro” que os historiadores devem temer. Logo, tal assertiva se afirma na medida em que há pressupostos da importância da literatura para a história, e da história para a

²Dentre muitas das obras publicadas pós 1960, e que promoveram e vem promovendo um alvoroço no campo da história, podemos citar, lembrando que o debate não se encerra somente nestas obras: cf. ANKERSMIT, Frank Rudolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: EdUEL, 2012; BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004; BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 327-348; RÜSEN, Jörn. *Razão histórica – Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2001. _____. *Reconstrução do passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007; _____. *História viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007; STONE, Laurence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha História. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991, p. 13-37. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed., reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998, 2009; WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. De José Laurêncio de Melo. – São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1992; _____, *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. De Alípio Correia de Franca Neto. – 2. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

literatura, cabendo apenas ao historiador encontrar a melhor forma de dialogar os princípios teórico-metodológicos da história com os elementos da literatura. Deste modo, situa-se aqui uma parte minimamente considerável e pertinente para os que desejam aprofundar nessa produtiva relação entre ambas as disciplinas.

História e Literatura: dialogando sobre semelhanças e dissemelhanças

No início do século XX, a narrativa tornou-se objeto de atenção dos mais variados teóricos, tanto no campo da história quanto no campo da filosofia e literatura. Assim o pós 1960 proporcionou uma vasta produção historiográfica. As discussões em torno da narrativa fizeram surgir uma série de obras e pesquisas. Pode-se entender que os pesquisadores produziam em resposta a algum outro trabalho publicado, bem como publicavam para demarcar o seu posicionamento no campo do conhecimento. De início, parte-se da definição conceitual de narrativa, que é extraído de Jörn Rüsen do artigo “Narração histórica; fundações, tipos, razão”. Segundo Rüsen

[...] narração histórica é um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica. Um sistema poético, na medida em que compreende o desempenho da atividade criativa pela mente humana no processo do pensamento histórico. o objetivo da narração é dar sentido a experiência do tempo, de modo a orientar a vida prática em seu transcorrer. [...] uma narração histórica esta ligada ao médium da memoria; ela organiza as três dimensões de tempo (passado, presente, futuro) em um conceito de continuidade; ela estabelece a identidade de seus autores e ouvintes. A fim de estabelecer os conceitos de continuidade e estabilidade da identidade, uma narração histórica deve cumprir quatro funções: afirmação, regularidade, negação e transformação. Quatros tipos de narração histórica correspondem a essas quatro funções: tradicional, exemplar, critica e genética. (apud MALERBA, 2016,p. 27)

Assim, o modelo teórico metodológico de Rüsen legitima a cientificidade da narrativa histórica e não negligencia o papel da literatura no momento da escrita da história. Logo, entende-se que a fase escritural do historiador também pode ser pensada como científica, visto que a escrita deve obedecer a regras. Michel de Certeau, em sua “operação historiográfica”, também acena para a importância da escrita no processo de pesquisa. “Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação historiográfica se refere á combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*”(2008, p.66). Desse modo, o lugar social e as práticas científicas prefiguram o

espaço cientificista, já a escrita, faz parte do campo literário, logo, também segue as regras metodológicas.

Desta forma, entendida como um gênero textual, a narrativa aos moldes de Rüsen, é um sistema de operações mentais que permeiam o campo da consciência histórica, formando e dando sentido à consciência histórica dos personagens em meio à trama histórica. Pode-se dizer que a narrativa é parte indispensável na escrita da história, contrariando assim a noção de refuta da narrativa histórica por parte da Escola dos Annales, tal como apresentou Peter Burke, na obra “*A Escrita da História*” (2011). Se a narrativa é um elemento presente na história, logo, ela também é utilizada na literatura como uma forma de compor o enredo literário das produções. Assim, nota-se que a narrativa pertence tanto à história quanto à literatura, e o que distingue uma da outra vai ser a forma como ela vai ser usada em cada uma dessas áreas de conhecimento.

Contudo, uma das questões amplamente discutidas quando se fala de história e literatura no âmbito das narrativas, é a noção de narrativa histórica enarrativa ficcional. Por um lado, na tentativa de se associar a história ao modelo científico, aproxima-a da narrativa histórica (dita científica) e rejeita a narrativa ficcional (classificada como reinante na literatura). Porém a questão não se resume a isso, há toda uma gama de problematizações ainda maiores.

White(2001), fundamentando seu posicionamento acerca do estatuto epistemológico do conhecimento histórico³, discutiu amplamente a narrativa histórica e os aspectos teóricos e metodológicos da história, provocando despertares e polêmicas que se referem a certezas legitimadas. Nesse sentido, iniciou-se veementemente constatando ser história ficção verbal,

Uma das marcas do bom historiador profissional é a firmeza com que ele lembra seus leitores a natureza puramente provisória das suas caracterizações dos acontecimentos, dos agentes e das atividades encontrados no registro histórico sempre incompleto. E tampouco que dizer que os teóricos da literatura *nunca* estudaram a estrutura das narrativas históricas. Mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas

³O auge das formulações de Hayden White está contido nos ensaios “*O fardo da História*” e “*O texto histórico como artefato literário*”, ambos da obra *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura* (1994). Sobre essa questão, é também obra clássica *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX* (1992).

formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 2001, p. 98)

Sendo assim, percebe-se que o conhecimento histórico, segundo o autor, é uma forma de conhecimento provisório acerca dos acontecimentos e, para além de provisório, também incompleto. Devido a essa incompletude, é possível à história estar sempre em constante produção, inovando-se ou ampliando-se. No entanto, o que mais causa impacto no seio dos historiadores é a afirmação de White, atestando que as narrativas históricas são ficções verbais, que apresentam conteúdos tanto inventados como descobertos.

Assim, o autor deixa clara sua adesão à ideia de história enquanto ficção verbal, mais ligada à literatura que à ciência. Logo, muita confusão se faz acerca dessa afirmação de Hayden White, afirmando que o autor colocou a história ao lado da ficção e contra a ciência. Na verdade, o autor está promovendo um alerta aos historiadores, no qual afirma que a história possui sim atributos ficcionais no que se refere ao campo da escrita da história, e isso estaria ligado à literatura. Em momento algum, White age em favor de um e menospreza o outro. Contudo essa afirmação caiu como uma bomba no meio dos historiadores.

Mesmo considerando o conteúdo da narrativa histórica como *inventado* ou *descoberto*, o autor não invalida o trabalho do historiador, considerando a disciplina histórica como produtora de conhecimento.

Nunca neguei que fosse possível o conhecimento da história, da cultura e da sociedade; neguei apenas que fosse possível um conhecimento científico, do tipo alcançado no estudo da natureza física. Mas tentei mostrar que, mesmo que não possamos alcançar um conhecimento propriamente científico da natureza humana, somos capazes de chegar a um outro tipo de conhecimento sobre ela, o tipo de conhecimento que a literatura e a arte em geral nos fornecem em exemplos facilmente reconhecíveis. Somente uma inteligência voluntariosa e tirânica poderia acreditar que o único tipo de conhecimento a que podemos aspirar é o representado pelas ciências físicas. (WHITE, 2001, p. 37-38)

Assim fica evidente que White não nega que a história produza uma forma de conhecimento, mas a equipara ao mesmo fornecido por outros tipos de saber que necessariamente não são propriamente científicos. Desse modo, é evidente que a literatura também produz conhecimento, tanto que se tem visualizado uma série de pesquisas voltadas para a discussão de obras literárias de autores como Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, Machado de Assis dentre outros. A problemática que gira em

torno de White, veio da dificuldade de se mapear o conceito de ficção adotado por ele para se pensar a relação história, ciência, e literatura. Nesse sentido, Sandra Pesavento propõe que a concepção de ficção mais apropriada tem por definidora Natalie Zemon Davis, que afirma:

[...] os historiadores teriam ultrapassado a clivagem de Aristóteles entre a História e a literatura, pois hoje se admite que a História joga com o possível, o plausível, o verossímil. Por ficção, Natalie Davis não entende nem a falsidade nem a fantasia, versões vulgares de compreensão do conceito, nem ainda a possibilidade de invenção absoluta dos dados do real. [...] O historiador é aquele que a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta do como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão. Ou seja, o historiador cria o passado e, para Natalie Davis, a História é uma forma de ficção, tal como a Literatura. (*apud* PESAVENTO, 2014, p. 53-54).

Para ambas as autoras, a ficção na história não deve ser pensada como detentora de inverdades, invenção desmedida, falsidade ou qualquer outra definição equivocada. A ficção que sai das mãos do historiador é controlada. Pesavento vai além e afirma que Ricouer também admite a ficção na história, porém controlada por métodos. Pesavento e Davis aclaram a noção de ficção, que ainda assim está longe de ser completamente explorada, visto os inúmeros posicionamentos que existem em relação a essa questão.

Todavia, sendo considerada vital tanto na história quanto na literatura, a ficção entendida não como falsidade, mas como um recurso ao historiador e ao literato, no ato de composição de sua narrativa, surge mais um conceito chave para se pensar a fronteira e os limites entre história e literatura e a noção de imaginação histórica. Quando se trata de imaginação histórica, a referência é a obra “*A ideia de História*”, de Collingwood. Nessa obra o autor trata da questão da imaginação histórica⁴ entre o romancista e o

⁴ Acerca da definição de imaginação histórica, Collingwood afirma que “A esta ação, com este duplo caráter, chamarei imaginação a priori; e, embora tenha mais que dizer a tal respeito, limitar-me-ei, para já, a observar que – ainda que tenhamos consciência da sua manifestação – é esta ação que, preenchendo as lacunas entre os elementos que nos são fornecidos pelas fontes, dá continuidade á narrativa ou a descrição histórica. Que o historiador deve servir-se da imaginação, isso é um lugar-comum. Para citar o *Essay on history*, de Macaulay, “um historiador perfeito deve possuir uma imaginação suficientemente poderosa, para tornar emocionante e pitoresca a sua narrativa”; mas isso é subestimar o papel desempenhado pela imaginação histórica, que não é propriamente ornamental, mas estrutural. Sem ela, o historiador não disporia de qualquer narrativa para adornar. A imaginação é indispensável, da mesma maneira, para a história. (1994, p. 365) A fim de uma análise mais aprofundada, ver: COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

historiador. Apontando as semelhanças e divergências acerca do uso da imaginação histórica, Collingwood chega à conclusão de que o trabalho do historiador apresenta muitas semelhanças com o trabalho do romancista, divergindo apenas em um aspecto.

O homem que escreve um romance compõe uma narrativa, em que os papéis são desempenhados por varias personagens. As personagens e os incidentes são todos igualmente imaginários; contudo, o grande objetivo do romancista é mostrar as personagens em ação e os incidentes em desenvolvimento de maneira determinada por uma necessidade interna deles próprios. [...] o romancista só tem uma tarefa: construir um quadro coerente, dotado de sentido. O historiador tem uma dupla tarefa: tem de fazer isto e tem de construir também um quadro das coisas, tal como elas eram realmente, e dos acontecimentos, tal como eles ocorreram realmente. Esta outra necessidade obriga-o a obedecer a três regras de método das quais esta livre o romancista ou o artista, em geral. [...] Em primeiro lugar, o seu quadro tem de estar situado no espaço e no tempo. [...] Em segundo lugar, toda a história deve ser coerente em relação a si mesma. [...] Em terceiro lugar, e é o mais importante, o quadro do historiador está relacionado especialmente com aquilo a que se chama provas. (COLLINGWOOD, 1994, p. 366-372)

O autor aponta que o historiador diverge do romancista na necessidade de tratar os acontecimentos tais como ocorreram, limitando assim o aspecto de imaginação histórica sem respeitar regras metodológicas. Desta forma, difere-se porque está vinculada ao tempo e ao espaço, tem compromisso consigo mesma e deve estar amparada em provas. Outra resposta convincente dos usos da imaginação no conhecimento da história provém de Rüsen. Conforme Arthur Assis, Rüsen redefine a noção de imaginação/invenção/ficcionalidade em Humboldt, deste modo, resumindo:

Segundo Rüsen, os limites da ficcionalização na construção de representações do passado pela ciência da história residem precisamente na inevitabilidade da conexão entre historiografia e pesquisa. Mesmo admitindo-se que a historiografia “inventa”, de certo modo, o passado ao representá-lo na forma discursiva de uma narrativa, não se pode afirmar que os historiadores inventam qualquer passado. Rüsen frisa que a pesquisa das fontes emergem elementos que direcionam e limitam o ato poético da construção narrativa desempenhado pelo historiador. (ASSIS, 2010, p. 56-57)

Sendo assim, fica evidente que a imaginação, na história, trata-se de uma invenção controlada por parte do historiador. Deve estar apoiada em fontes, impossibilitando que o historiador “invente” qualquer passado. Nesse sentido, abre-se precedente para posicionar o literato como um profissional que não inventa nada do nada. Conforme Valdeci Rezende Borges, no artigo “História e Literatura: Algumas Considerações”,

Sendo a literatura uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa, ela dialoga com a realidade a que refere de modos múltiplos, como a confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-lo. Ela é uma reflexão sobre o que existe e projeção do que poderá vir a existir; registra e interpreta o presente, reconstrói o passado e inventa o futuro por meio de uma narrativa pautada no critério de ser verossímil, da estética clássica, ou nas notações da realidade para produzir uma ilusão de real. (BORGES, 2010, p. 98-99)

Entende-se que a literatura assim como a história, cria-se a partir de uma referência calcada em fontes ligadas a uma realidade da qual o pesquisador extrai o seu objeto de desejo. Assim, Valdeci Rezende (2010, p. 103) sintetiza afirmando que “O literato não cria nada a partir do nada. Não se faz literatura sem contato com a sociedade, a cultura e a história”.

Igualmente também Michel de Certeau aventura-se a tecer considerações acerca da narrativa e a composição da escrita da história. Para tanto, evidencia o caráter híbrido do campo de saber, afirmando ser ao mesmo tempo ciência e ficção, ou seja, articula ciência ao se posicionar no campo do lugar social e da prática, e subsequente a isso, o historiador utiliza-se dos recursos literários para dar corpo ao produto de sua pesquisa. Esses três momentos vão ser denominados como “operação historiográfica”.

Assim, Certeau (2008) abre caminhos para se pensar a história ancorado em etapas ou momentos do ofício do historiador. Demonstra as facetas que estão por trás do seu produto, afirmando que o trabalho por ele desempenhado deve contemplar os três momentos da operação historiográfica, vinculando-se ao *lugar* social, a uma *prática* e, por último, a uma *escrita*. Certeau parte da afirmação de que, por trás do silêncio do ofício do historiador, há uma combinação de elementos que compõem a operação historiográfica, ou seja, esta é constituída de um lugar social, onde o historiador está inserido e produz a sua escrita. A operação historiográfica também é constituída, em um segundo momento, por práticas científicas, em que o historiador articula os documentos aos métodos, aos procedimentos de análise do fato histórico. Por fim, compõe-se a operação historiográfica de uma escrita, momento no qual o historiador expõe o produto de sua prática científica, ou seja, a escrita histórica.

Ainda conforme Certeau, o primeiro momento da fase de investigação do historiador se inicia com a relevância do “*lugar social*”. Deste modo, “É em função

deste lugar que se instauram os métodos, que delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas se organizam” (CERTEAU, 2008, p. 67). Estando, portanto, a pesquisa histórica vinculada a um lugar social, é isso que vai delinear os métodos a serem utilizados pelo historiador, bem como as questões levantadas para serem problematizadas na pesquisa. Certeau vê no lugar social o ponto de partida essencial para a prática historiadora, assumindo importante papel na pesquisa histórica. Ele não é o único a reconhecer essa importância, pois Droysen, Rüsen e outros também se dedicaram a essa questão. Sintetizando, não se pode pensar a história desvinculada de um lugar social, do mesmo modo que não se pode pensar o historiador desligado de uma prática, ou seja, desligado de um meio de fazer se história. Após passar pelo primeiro momento da operação historiografia, a saber, o lugar social, Certeau (2008, p. 78) explicita que a pesquisa chega a um segundo momento da operação, a relação com a prática historiadora: “Fazer história” é uma prática”.

A prática ou a técnica que o historiador utiliza na operação historiográfica o conduz no decorrer da pesquisa, dando subsídio para a elaboração do recorte temporal dos documentos e a seleção do objeto de seu estudo. A prática leva-o a sair do imutável na história e promover as transformações necessárias nos elementos “naturais”. Deste modo, afirma que,

A própria história entra nesta relação do discurso com as técnicas que o produzem. É preciso encarar como ela trata os elementos "naturais" para os transformar em um *ambiente* cultural, como faz aceder à simbolização literária as transformações que se efetuam na relação de uma sociedade com a sua natureza. De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das "neves eternas", o historiador *faz outra coisa*: faz deles a história. (CERTEAU, 2008, p.79,(grifos do autor)

Por meio da prática, o historiador consegue fazer a transformação dos elementos considerados “naturais” em elementos pertencentes a um ambiente cultural. Logo, o historiador captura objetos de estudo e faz com que eles virem história, ou seja, as técnicas que ele usa permitem promover uma ampla abertura do campo histórico. Assim, a prática científica encontra-se no segundo momento da operação historiográfica e afirma que “o tempo” não é o único “material de análise” ou o único “objeto específico” de estudo do historiador na pesquisa e na história. A investigação historiadora em Certeau procede da seguinte forma, pois “Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos

distribuídos de outra maneira” (2008, p. 81). Interessante que a visão de Certeau demonstra certa autonomia ou até mesmo a subjetividade do historiador nesse ato de transformação de objetos em documentos, evidenciando que não aceita os “dados”, mas os constitui por meio de técnicas, levando em consideração as instituições de saber e o lugar social em que se situa.

Certeau (2008) afirma que o historiador faz os documentos falarem, quebra o silêncio que trazem em si adormecidos, dá-lhes voz, fazendo-os relevantes para a história. Esse ato de dar voz aos documentos demonstra que a história não é objetiva, e sim subjetiva, pois está vinculada ao lugar social, passa pelo crivo das instituições de saber, e é constituída pelas mãos do historiador. Torna científico o seu trabalho, pois tudo isso advém das técnicas/práticas que constituem parte fundamental da operação historiográfica desenhada por ele.

No terceiro momento da operação historiográfica Certeau vai identificar como a *escrita*, ou seja, o momento em que o historiador dá forma a sua pesquisa. Até aqui a operação historiográfica articulou de forma interligada um lugar social e uma prática historiadora, e assim, Certeau(2008)finaliza a operação historiográfica com a *escrita*, necessária a toda pesquisa histórica. Segundo ele, todo processo necessita de uma “representação”. Logo, chega-se ao momento de se passar do que se entende por prática investigadora à construção da escrita. É interessante considerar que, ao final da escrita, ela deve passar pelo crivo dos pares, para só então se dirigir ao público destinado.

Todavia, reconhecendo a importância da escrita para o trabalho do historiador, Certeau afirma que “*a construção de uma escrita*” (no sentido amplo de uma organização de significantes) é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha. Conduzda prática ao texto” (2008, p. 94). O autor deixa evidente que a escrita é um momento estranho na operação historiográfica, porém é indispensável, pois é o meio pelo qual a prática vira texto e o historiador expressa o resultado de seu trabalho. Sem a escrita, a prática perde todo o sentido, pois é por meio dela, ou seja, de livros, revistas, artigos, organizada e estruturada textualmente, que se completa a operação historiográfica.

Entretanto, a escrita, tal como o autor formula, comporá o discurso/narrativa histórica(o) e, para isso, existem algumas imposições:

A primeira imposição do discurso consiste em prescrever como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga da

pesquisa. Enquanto esta dá os seus primeiros passos na atualidade do lugar social, e do aparelho institucional ou conceitual, determinados ambos, a exposição segue uma ordem *cronológica*, Toma o mais anterior como ponto de partida. Tomando-se um texto, a história obedece a uma segunda imposição. A prioridade que a prática dá a uma tática de desvio, com relação à base fornecida pelos modelos, parece contradita pelo *fechamento* do livro ou do artigo. Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar. (CERTEAU, 2008, p. 94)

Desta forma, levando em consideração que o historiador deve respeitar os padrões normais de estruturação textual na escrita – introdução, desenvolvimento e conclusão –, Certeau afirma que, durante o terceiro momento da operação, ele está exposto a uma liberdade maior, podendo no momento da escrita inverter as regras adotadas na prática. Quanto à segunda imposição, ele afirma que a história relaciona-se com ela no ato de obediência, pois a escrita empregada pelo historiador deve ter um fim, deve obter uma conclusão.

Expostos aspectos constituintes do relato e da escrita do historiador, Certeau passa a discutir a construção e estruturação desses relatos, bem como os conteúdos que carregam no seu bojo. A escrita⁵ em si já representa um elemento literário constituído na história. Certeau (2008) afirma que os textos produzidos têm dupla característica combinativa, em que se encontra, de um lado, a *semantização* (edificação de um sistema de sentidos) e, do outro, uma *seleção* (esta triagem tem seu início no lugar em que um presente se separa de um passado). Essa combinação dupla entre *semantização* e *seleção*, atrelada a uma *inteligibilidade via normatividade*, faz com que o texto histórico tenha um sentido, um lugar social e, mais que isso, inteligibilidade do conteúdo, a fim de tornar-se convidativo e compreensível para o público alvo.

Com base nessas considerações do autor, o que chama bastante atenção e pode ser perceptível em dados momentos da operação historiográfica é a característica

⁵As afirmações de Certeau sobre a escrita da história são instigantes, e fica evidente quando o autor diz que “A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina. Aqui a linguagem tem como função introduzir no *dizer* aquilo que não se *faz* mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato, que substitui pedagogicamente alguma coisa que o leitor deve crer e fazer. [...] Porém, diferentemente de outros “túmulos” artísticos ou sociais, a recondução do “morto” ou do passado, num lugar simbólico, articula-se, aqui, com o trabalho que visa a criar, no presente, um lugar (passado ou futuro) a preencher, um “dever-fazer”. A escrita acumula o produto deste trabalho. Através dele, libera o presente sem ter que nomeá-lo. Assim, pode-se dizer que ela faz mortos para que os vivos existam. [...] Nomear os ausentes da casa e introduzi-los na linguagem escriturária é liberar o apartamento para os vivos, através de um ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa. Desta maneira, uma sociedade se dá um presente graças a uma escrita histórica. A instauração literária deste espaço reúne, então, o trabalho que a prática histórica efetuou (CERTEAU, 2008, p. 108).

inegável de ser mista: tanto científica quanto fictícia. Científica pela contribuição da *prática*, e fictícia quanto à elaboração da escrita, que se apoia nos fundamentos literários. Essa historiografia mista a qual Certeau refere-se, ainda possui outra característica fundamental: é verdadeira, produz um “discurso *histórico*, pretende dar um conteúdo verídico⁶ (que vem da verificabilidade), mas sob a forma de uma narração” (2008, p. 100).

Todavia, em se tratando de Ankersmit, a relação da história com a literatura provém de outro aspecto importante a ambas, as noções de representações. Uma das marcas atuais é o alcance da verdade no conhecimento histórico. E relevante a essa questão, Ankersmit visualiza seu modelo de representação como fundamental para se chegar às noções de verdade.

A representação é um preparado mais forte que a verdade. A representação contém a verdade – pense nas afirmações contidas por uma representação histórica –, não está contra, mas além da verdade. A representação contém a verdade, mas também pode fazer algo com ela. Por exemplo, enquanto nunca podemos passar da verdade à ação, do é ao deve ser (Hume, Kant), a representação pode brindar-nos com uma perspectiva sobre o mundo convidando-nos a certo tipo de ação. A representação é o ‘elo perdido’ entre o é e o que deveria ser, leva-nos à criatividade e ao uso retórico da linguagem, nos quais a linguagem pode comover-nos e ser uma fonte de alegria ou tristeza. A representação nos leva para onde a linguagem pode nos ajudar através dos abismos mais profundos da existência humana, e para onde ela é nossa companheira de confiança na jornada de nossas vidas. Ela nos dá a linguagem da poesia, do ódio e do amor, sem as quais simplesmente não seríamos humanos. Tudo isso até agora permaneceu oculto aos filósofos da linguagem contemporâneos. Então, é aqui a representação pode abrir novos caminhos inesperados ao pensamento, para eles e para nós. (ANKERSMIT, 2012, p.223)

Assim, entendida como um elo, a representação possui fortes elementos da linguagem que auxiliam na busca por seus objetivos, tais como os recursos retóricos e o uso da criatividade. A compreensão da representação é fundamental para se atingir a verdade tal qual formulou o autor⁷. No que se refere à narrativa, Ankersmit (2012)

⁶No que se refere à construção do discurso verídico da historiografia mista, ele se constitui com base em dois movimentos contrários, a *narrativização* e a *semantização*, sendo assim o autor afirma que, “[...] uma *narrativização* faz passar do conteúdo à sua expansão, de modelos acrônicos a uma cronologização, de uma doutrina a uma manifestação de tipo narrativo; inversamente, uma *semantização* do material faz passar dos elementos descritivos a um encadeamento sintagmático dos enunciados e à constituição de sequências históricas programadas. Mas estes procedimentos geradores do texto não poderiam ocultar o deslizamento *metafórico* que, segundo a definição aristotélica, opera a “passagem de um gênero para outro”. Indício deste misto, a metáfora está presente em toda parte (CERTAU, 2008, p. 101).

⁷Aprofundando ainda mais as colocações de Ankersmit (2012, p. 292- 293) sobre a verdade e a representação, em que ele destaca que, “Representações históricas focam nossa atenção em certos

pontua que geralmente oferta uma representação do passado (o que realmente ocorreu), independentemente se foi real ou imaginário. Nota-se a importância de se perceber a colocação da palavra “geralmente”. Ankersmit dando sequência justifica tal afirmação, pelo fato de que existem casos em que a narrativa não representa, como, por exemplo, os registros genealógicos. Logo, para que uma narrativa cumpra a função de representar, é relevante que ela seja organizada em torno de um objeto ou tema central, que possua uma realidade tanto real quanto imaginativa e que esteja inserida em um nível narrativo. Assim, para Ankersmit, a narrativa tem o aspecto representacional do passado.

Casando a relação de Collingwood sobre a imaginação histórica, e pensando a representação do passado por Ankersmit, Allan Megill (2016) propõe que o historiador deve levar em consideração a linguagem no momento da escrita representacional de algum passado. Ou seja, a linguagem possui uma relevância para se representar o passado. Seria nesse sentido que tanto White, Certeau e Rüsen tratam com a questão da linguagem no momento em que o historiador vai compor a escrita do resultado da pesquisa empírica.

A questão da representação em Ankersmit passa por alguns termos importantes, tais como experiência, explicação, referência, a própria noção de verdade e o que ele denomina de *tematicidade*⁸, que nada mais é que “discurso sobre o discurso”, que quando articulado poderia gerar outro discurso. Assim também seria a representação. Logo, é passível de menção, que a representação para o Ankersmit é uma operação oriunda de três lugares.

Portanto, a tese de que uma representação representa (por exemplo, Napoleão) deve ser estritamente distinguida de uma representação do representado (por exemplo, algum aspecto de Napoleão). Segue-se que representação não é, como seríamos levados a crer em primeira mão, um

aspectos do passado, que é onde nós devemos discernir suas declarações de verdade – e não na verdade ou falsidade nas das afirmações da narrativa histórica sobre objetos individualmente identificáveis”. Tais afirmações podem ser verdade, enquanto, ao mesmo, tempo, a representação histórica continua não apresentando o selo “histórico” da verdade, pois ela falha em nos apresentar um aspecto do passado. Novamente, a verdade histórica não deve ser concebida como correspondência ou coerência, e esta é certamente uma das fascinações da escrita da história, que nos faz perceber que existe uma noção de verdade diferente daquela tradicionalmente definida e discutida.” Acerca da temática ver; ANKERSMIT, F.R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 270-302.

⁸ Por tematicidade, Ankersmit (2012, p.202) entende como sendo “o discurso sobre o discurso”; tematicidade é sugestivo, por uma concordância indireta com o fato de que, tanto na ascensão semântica quanto no nível da representação, fala-se sobre o mundo somente de forma indireta, ou seja, por meio de um discurso que está diretamente ligado ao mundo”. Deste modo, fica evidente que o historiador não fala do mundo em si, mas sim dos discursos construídos acerca dele, ou seja, o acesso ao passado é por via indireta.

operador de lugar duplo, mas de lugar triplô. Nós temos primeiramente (um) objeto(s) na realidade (por exemplo, Napoleão), e em segundo lugar, as representações desse (ou desses) objeto(s). Mas, em terceiro lugar, cada representação arrasta consigo seu próprio representante, da mesma forma que todos nós somos acompanhados por nossas sombras em um dia ensolarado.(2012, p. 289)

Desta forma, a representação em Ankersmit trata-se de um objeto da realidade, busca compreender as representações produzidas acerca desses objetos e por fim, reflete o próprio representante. Para o autor, “[...] a representação corresponde ao texto histórico como um todo” (2012, p. 186). Nesse sentido, ela representa por intermédio do texto histórico, aqui, a escrita da história assume uma importância enorme.

Em síntese, Megill (2016) credita uma das diferenças entre história e literatura no aspecto da evidência do passado. Ambas as áreas de conhecimento necessitam articular com as evidências contidas nos documentos, porém, se na história os usos da imaginação histórica é limitada pelas justamente pelas evidências, na literatura a imaginação não é limitada. Em linhas gerais, Megill (2016) confia a literatura duas contribuições para os historiadores, sendo, a importância da retórica, do estilo e da dimensão literária para se pensar as escritas historiadores e por outro lado, a literatura e os estudos literários também contribuem na formação de uma experiência humana, que também podem ser amplamente usadas nos estudos históricos.

Considerações Finais

A princípio, por mais que se busque dialogar acerca da narrativa e a sua relação entre história e literatura, o historiador constantemente vai se deparar com novidades de perspectivas acerca dessa temática atual para o campo da história. E, dessa forma, é inegável a necessidade de aprofundar no debate acerca da narrativa histórica cada vez mais, visando atingir uma carga quantitativa e qualitativa de aspectos teóricos e metodológicos para nortear os historiadores. Desse modo, a constatação inicial a se fazer com base no exposto, é que tanto a história contribui para a literatura, quanto a literatura tem muito a oferecer aos historiadores.

É tempo de ultrapassar as barreiras que limitam compreender a produção literária como essencial também aos historiadores. Se os literatos utilizam-se da história para dar pano de fundo e enredo a suas escritas, por que os historiadores não haveriam de fazer o processo inverso de também se utilizar de fontes literárias para a escrita

historiadora? Talvez essa pergunta gere polêmicas, porém em meio ao debate que se instaurou, ela é imprescindível. Visualizam-se produções de historiadores que têm se debruçado sobre obras literárias, que juntamente, aplicadas as perspectivas teóricas e metodológicas da história, produziram e vêm produzindo avanços na história.

Dentre as colocações que se têm construído para se pensar a relação complexa da história para com a literatura, a noção de cientificidade construída nos séculos XIX e início do século XX, tenha prejudicado a relação interdisciplinar entre ambas as disciplinas. Junto a isso, a discussão que margeia a noção de ficção ou de construção narrativa ficcional como algo proveniente de cargas negativas, tem construído um monstro dentro da história. Monstro esse, amplamente debatido por autores como Rüsen, Certeau, Ankersmit, Luiz Costa Lima, Darton, White ,entre outros inúmeros pensadores que contribuíram de uma forma ou outra.

Esses autores posicionaram que a literatura apresenta contribuições interessantes aos historiadores, visto que a mesma, não cria a partir do nada. O literato constrói sobre vestígios do passado minimamente expostos em fontes materiais e imateriais. Também obedece a padrões de composição de escrita, tais como os historiadores formulam seus trabalhos na perspectiva de tropos de linguagem de Hayden White.

É importante chegar ao consenso de produções em ambas as áreas, com fortes atributos de ficção, logo, tal como propôs Ricoeur, ficções controladas, que não estariam desvinculadas de um lugar social ou de uma realidade, muito menos se furtariam a construir “verdades”, aliás, a questão da verdade na relação história e literatura daria margem para muitas outras páginas de conteúdo problematizante. Isto porque o problema da verdade no conhecimento histórico, tem se tornado uma evidência cada vez mais debatida nas rodas de conversas entre pesquisadores e estudiosos da temática.

Portanto, não se deve menosprezar a literatura em detrimento da história ou o inverso da questão. Visto que, cada qual ao seu modo, possuem suas peculiaridades e suas relevâncias, e juntas, contribuem uma para com a outra. Não se deve furta a concepção de que ambas são produtoras de sentido para a vida dos indivíduos, porém, a diferença fundamental seria que uma possui liberdade acentuada para compor o seu enredo calcado em documentação, e a outra, já é restringida no aspecto de imaginação

exacerbada. Assim, se estabelece o contexto atual, complexidade entre as relações da literatura e a história.

Referências

ANKERSMIT, F.R. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.

ASSIS, Arthur. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução/ Arthur Assis**. – Goiânia: Editora UFG, 2010.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Revista de Teoria da História, Goiânia (GO), Ano 1, Número 3, junho/ 2010. p. 94-109.

BURKE, Peter.(Org.).**A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **A Revolução Francesa da Historiografia: a escola dos Annales 1929-1989**. Trad. Nilo Odália– São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-89.

COLLINGWOOD, R. G.**A idéia de História**. Lisboa: EditorialPresença, 1994.

MALERBA, J.**História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1.

MEGILL, Allan. Historiologia/filosofia da escrita histórica. In. **MALERBA, J.História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1.

MORAIS, Julierme. Introdução teórica ao debate sobre as relações entre história e ficção: Paul Veyne, Hayden White, Michel de Certeau e Jörn Rüsen. In: Haroldo Heimer; João Paulo de Paula Silveira; Leonardo Venicius Parreira Proto. (Org.). **Primeiros Diálogos: uma introdução à reflexão histórica**. 1ªed.São Leopoldo (RS): Oikos, 2012, v. 1, p. 37-48.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p

RICŒUR, Paul.**A Memória, a história, o esquecimento**.Campinas: EdUNICAMP, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas SP. Papyrus, 1994.

RUSEN, Jorn. Narração histórica; fundações, tipos, razão. In. MALERBA, J. **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1.

_____. Retórica e estética da história: Leopold von Ranke. In. MALERBA, J. **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1. p. 86

_____. **Razão Histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

WHITE, Hayden. **Meta História: A imaginação histórica no século XIX**. São Paulo, Edusp, 1992.

_____. **Tópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo, Edusp, 2001.

Mayke Rogerio Ferreira Leite

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH- UFG). Bolsista na modalidade Capes. Pesquisa no mestrado a relação entre narrativas e representações do passado na historiadora Natalie Zemon Davis. Pós-Graduado (Especialização) em Docência no Ensino Superior, pela FABEC (Faculdade Brasileira de Educação e Cultura). Possui Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG - Unu Iporá-Go) de 2012-2015. Foi integrante do projeto de pesquisa intitulado História das Ideias de História, atuando no estudo do Historicismo de Fustel de Coulanges. Na oportunidade foi bolsista do CNPq na modalidade PIVIC (Programa Institucional de Voluntariado em Iniciação Científica).

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4658569J7>

Artigo Recebido em Março de 2018.
Artigo aceito para publicação em Maio de 2018.